

A crise do capital e as transformações do mundo do trabalho

Giovanni Alves

Doutorando em Ciências Sociais pela UNICAMP

A sensação é de que o Brasil, principalmente a partir da década de 90, passa a entrar em sintonia com as mudanças tecnológicas (e organizacionais) que ocorrem, desde a década de 70, nos países capitalistas centrais - EUA, Europa Ocidental e Japão.

A partir da década de 90, sob o influxo da abertura comercial e do acirramento da competição intercapitalista, com o predomínio de um ambiente de negócios hostil e complexo, passa a ocorrer no Brasil uma crescente difusão de novas técnicas de gerenciamento da produção voltadas para o incremento da produtividade e da competitividade nas grandes empresas do país. Os vários enfoques do *Gerenciamento da Qualidade Total (TQM)*, desenvolvidos por Philip Crosby, Edward Deming, Armand Feigenbaum, Kaoro Ishikawa e Joseph Juran, ou ainda a *Reengenharia*, propugnada por Hammer e Champy e o sistema *ISO 9000*, entre outros, passam, cada vez mais, a ser objeto de atenção de empresários e são destinados a aumentar a eficácia gerencial, tornando-se verdadeiras panacéias (ou modismos) das organizações capitalistas, com o apoio da mídia e com o respaldo do mercado editorial.¹

A partir do Governo Fernando Collor de Mello, de 1990-1993, o cenário político é de ofensiva neoliberal, caracterizada, principalmente, pela *onda privatizante*, visceralmente anti-sindical, voltada para a estabilização da economia, como condição necessária para impulsionar no Brasil um novo patamar de acumulação de capital. O Governo Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1995, empossado sob a fiança do Plano Real, dá continuidade, com maior eficácia política, à ofensiva neoliberal, iniciada com Collor.

A sensação é de que o Brasil, principalmente a partir da década de 90, passa a entrar em sintonia com as mudanças tecnológicas (e organizacionais) que ocorrem, desde a década de 70, nos países capitalistas centrais - EUA, Europa Ocidental e Japão. Com a "febre" da

Qualidade o país passa a assumir, ainda que de modo tardio, o que Harvey denominou de "condição pós-moderna", que, no caso do Brasil, torna-se apenas eufemismo de um novo patamar da barbárie societária, com a manutenção e aprofundamento histórico da exclusão social como preço de nossa integração à nova ordem global do capital.

De início é importante delinear o contexto sócio-histórico em que surge (e se desenvolve) o complexo de transformações produtivas sob o capitalismo tardio, que atinge hoje, o Brasil. Uma de nossas teses é que elas, as transformações produtivas, são o resultado (e expressão) da *crise do capital* e, portanto, de um período histórico particular - a época do capitalismo tardio em crise.

A idéia de *crise do capital* não possui um sentido *catastrofista*, de ruptura revolucionária iminente da ordem burguesa, como veio a ser interpretado por correntes do marxismo. Ou ainda de "colapso da modernização", como disse Kurz. Ela possui um sentido processual, de média ou longa duração, marcada, inclusive, por períodos de retomada do crescimento capitalista e de expansão, mais ainda, do capital.

O que tende a predominar, agora sob uma escala planetária, são as dificuldades de valorização do valor, num cenário de irracionalidade societária, de barbárie social e cultural. Adentra-se numa *era de trevas*, marcada pela perpétua de-

Ensaio apresentado na Semana do Serviço Social do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas/ICSA/UNIVAP - Universidade do Vale do Paraíba, no dia 30 de maio de 1995.

1. Tomaz Wood Jr. e Flávio Torres Urdan, "Gerenciamento da Qualidade Total: Uma Revisão Crítica" In: Revista de Administração de Empresas, EAESP/FGC, v.34, Nov./Dez., 1994

sintegração-integração societária global. O cenário mundial impõe um novo patamar de exclusões sócio-históricas, posto que, como observou Kurz, o mercado não é para todos.²

O que nos interesse nesse ensaio é procurar apresentar o impacto da crise do capital e das transformações produtivas sobre o mundo do trabalho. É a partir daí que podemos dizer que presenciamos hoje, com o complexo de inovações produtivas - tecnológicas e gerenciais - uma verdadeira *ofensiva do capital*, que busca debilitar o poder de organização do trabalho e incrementar a mais-valia relativa (e absoluta), através da intensificação do trabalho e do crescimento da produtividade.

Uma outra hipótese que adiantamos é a que considera o toyotismo/ohnismo como modelo de empresas e organização social e do trabalho *adequado à fase de crise do capitalismo tardio*, uma estratégia empresarial que erige como virtude algo que surgiu sob as taras de um capitalismo "restrito" - o capitalismo japonês dos anos 50, mas que projeta, por outro lado, as verdadeiras condições da acumulação do capital em nossos dias.

Além disso, a denominada *acumulação flexível* (Harvey), o *toyotismo/ohnismo* (Coriat) ou ainda a *lean manufacturing* (MIT) e suas técnicas gerenciais correlatas - TQM, Reengenharia, CCQ, etc. buscam tão somente instaurar um novo patamar de *hegemonia do capital na produção*, "capturando" a subjetividade operária no horizonte da *empresa*, posta como sujeito-cidadã do *brave new world*.³

O processo social do capitalismo tardio em crise é caracterizado, intrinsecamente, e mais do que nunca, pela candente contradição entre a *racionalidade intrafirma* e a *irracionalidade societária*. De certo modo, a "empresa magra", transparente e flexível, propugnada pelo toyotismo/ohnismo, ou ainda a "produção enxuta", divulgada por Womack, Jones e Roos, do MIT, possui como efetiva contraparte a sociedade "anômica", na expressão de Durkheim, caracterizada pela exclusão social, pelo desmonte do *Welfare State*, onde predominam o

O processo social do capitalismo tardio em crise é caracterizado, intrinsecamente, e mais do que nunca, pela candente contradição entre a racionalidade intrafirma e a irracionalidade societária.

desemprego estrutural e o "trabalho precário".⁴

Crise do Capital e as Transformações do Mundo do Trabalho

Procuraremos sistematizar, em linhas gerais, o que consideramos serem os impactos do desenvolvimento da conjuntura de crise capitalista sobre o mundo do trabalho. Em primeiro lugar, eles são diferenciados, desiguais e cumulativos tanto entre países, quanto entre setores.

De início, é preciso esclarecer que, por *crise do capital* entendemos não apenas os períodos de recessão generalizada, de caráter cíclico, mas os períodos de retomada econômica que ocorrem no interior de uma "onda longa de tendência depressiva" (tais como a de 1975-1979 e o de 1983-1990). Mesmo nesses períodos de crescimento econômico, a lucratividade do capital tende a não ser sustentável, por um longo período, o que o leva a promover, sob diversas formas, *reestruturações na organização das indústrias ou no mercado de trabalho* - ou ainda na esfera político-institucional, visando criar novas condições para a acumulação do capital.

O mundo do trabalho é atingido, principalmente, pelo impacto de um complexo de transformações produtivas, de natureza tecnológico-organizacional, que promove alterações de longo alcance nas dimensões objetivas (e subjetivas) da classe trabalhadora. Elas atingem, principalmente, as grandes empresas, onde o movimento operário conseguiu sedimentar uma longa tradição de organização político-sindical. Seus impactos são, portan-

to, de natureza política, e tendem a promover mudanças na própria capacidade de organização e de confronto dos setores mais avançados da classe trabalhadora.

Procuramos distinguir no *complexo de transformações produtivas*, de caráter técnico-organizacional, que atingem a materialidade do capital (com profundos impactos no *modo de ser* da classe trabalhadora), um tipo predominante de modelo de empresa e organização do trabalho denominado *toyotismo* ou modelo japonês de trabalho e organização.

O toyotismo é um dos momentos importantes do processo de *subsunção real* do trabalho ao capital sob o capitalismo tardio em crise. O avanço do complexo inovativo do capital, que atinge as grandes empresas, num cenário de competitividade global sob a vigência de políticas neoliberais, pode ser caracterizado ainda como uma *ofensiva do capital na produção*.⁵

A partir daí podemos retomar um dos princípios clássicos da tese de Marx (e Engels), que, n' *O Capital*, destacaram, o *caráter antagônico da produção capitalista*. O que significa que o princípio intrínseco da valorização do valor, deixado à sua livre manifestação, à sua própria natureza - sem a instauração de *obstáculos* efetivos à sanha do capital, tende a debilitar cada vez mais a situação da classe dos trabalhadores assalariados.⁶

Por exemplo, a manifestação (e crescimento) do *desemprego estrutural* e a proliferação de *trabalhos precários* no seio do Primeiro Mundo, nos países-modelos de desenvolvimento capitalista - EUA e Europa Ocidental, são os resultados das duas décadas de crise capitalista mundial, da ofensiva do capital na

2. Robert Kurz, *O Colapso da Modernização*, Paz e Terra, 1993.

3. Sobre o conceito de "acumulação flexível", ver David Harvey, *Condição Pós-Moderna*, ed. Loyola, 1992 (a versão original é de 1989).

4. Sobre o toyotismo/ohnismo ver Benjamin Coriat, *Pensar pelo Averso*, Ed. da UFRJ/Revian, 1994. Sobre a "produção enxuta", ver James P. Womack, Daniel T. Jones & Daniel Roos, *A Máquina Que Mudou o Mundo*, Ed. Campus, 1992 (a obra é baseado no estudo do MIT - Massachusetts Institute of Technology).

5. Karl Marx, Capítulo VI Inédito de *O Capital*, ed. Moraes, 1985

6. Karl Marx, *O Capital*, vol.1, Livro 1, ed. Abril, 1982.

produção, das políticas neoliberais que almejam constituir uma nova base de acumulação do capital às custas do aprofundamento das contradições societárias, agora em escala global.

O Paradigma Toyotista

Um dos principais apelos de inovações produtivas sob o capitalismo tardio em crise, de caráter organizacional, é o denominado "modelo" japonês de empresa e de organização social e gerencial do trabalho, denominado de *toyotismo* (ou *ohnismo*) (Coriat) ou ainda *fu-jitsuísmo* (Kenny e Florida).⁷

O Japão, pelo seu notável desempenho econômico, tornou-se, a partir da década de 80, um dos principais paradigmas de organização do trabalho e de relações industriais, sendo um tema de interesse convergente nos debates da sociologia do trabalho.⁸

Segundo Coriat, o toyotismo é um conjunto de *inovações organizacionais*, surgidas no Japão, a partir dos anos 50, de importância comparável ao que foram em suas épocas o taylorismo e o fordismo. O ohnismo (de Taiichi Ohno, engenheiro-chefe da Toyota, inventor e criador do método Kan-ban) ou sistema Toyota implicaria, para Coriat, um prolongamento - ou superação (?) - dos princípios de organização do trabalho clássicos no Ocidente, implantados por Taylor e Ford (baseado, principalmente, na destruição dos saberes operários complexos e da decomposição em gestos elementares). O toyotismo procura pensar, deste modo, a herança vinda do Ocidente "pelo avesso".

Os princípios do toyotismo, que "pensam pelo avesso" o taylorismo e o fordismo, seriam, segundo Coriat, os seguintes:

- *autonomia* e "*auto-ativação*"
- *método just-in-time*

Ao invés do taylorismo e fordismo, o sistema Toyota procuraria adotar a *desespecialização e polivalência operária*, reintegrando a gestão da qualidade nos atos elementares da execução das operações, transformando os operários parcelares em plurioperadores, reintroduzindo nas funções dos ope-

É importante ressaltar que o toyotismo não busca, de imediato, suprimir o trabalho vivo, mas sim, através da racionalização do trabalho, um maior rendimento possível do trabalho vivo.

radores diretos, tarefas ou funções de diagnóstico, reparo e manutenção (e não apenas de execução, como ocorre na via taylorista-fordista). É o que Coriat denomina de "*auto-ativação*".⁹

Haveria, deste modo, a reintrodução das tarefas de controle de qualidade nos próprios postos de fabricação, a reagregação das tarefas de programação às tarefas de fabricação. A reagregação de tarefas implicaria uma transmissão de responsabilidades (é o que os Programas de Gerenciamento da Qualidade Total denominam de *empowerment* do trabalhador).

Além disso, haveria o que Coriat denomina de *autonomia* - autonomia e automação - ou seja, as máquinas automáticas seriam dotadas de certa autonomia, a fim de introduzir um mecanismo de parada automática em caso de funcionamento defeituoso.

O método *kan-ban / just-in-time*, considerado por Coriat a maior inovação organizacional da segunda metade do século XX, estabeleceu o princípio do "estoque zero". Seria a busca de economias através da redução de um conjunto de "disfuncionamentos" de "sobrecustos". O que significa produzir exatamente as quantidades vendidas e produzi-las no tempo exatamente necessário.¹⁰

É importante ressaltar que o toyotismo não busca, de imediato, suprimir o *trabalho vivo*, mas sim, através da racionalização do trabalho, um maior rendimento possível do trabalho vivo. Como observa Coriat, a inovação é *puramente organizacional* e conceitual, nada de "tecnológico" inter-vindo.

Entretanto, o método kan-ban possui como resultado intrínseco a redução *ótima* do *trabalho vivo*. É o que salienta, com propriedade, Coriat, quando afirma que há atrás do estoque não apenas um excesso de equipamento, mas um "excesso de pessoal". Dispensando-se, portanto, os estoques, dispensa-se também o excesso de pessoal e o excesso de equipamento.

Deste modo, o que é a fábrica "toyotista", modelo de organização do trabalho e de gestão da produção em voga, sob o capitalismo tardio? É a "fábrica mínima", na acepção de Coriat (ou o que os pesquisadores do MIT constataram um pouco antes, denominando de "produção enxuta"). Ou seja, a fábrica toyotista é a fábrica reduzida às suas funções, equipamentos e efetivos estritamente necessários para satisfazer a demanda diária ou semanal. É a fábrica de pessoal mínimo, de *efetivo mínimo*.

Deste modo, o toyotismo adotaria como princípio de gerência, segundo Coriat, a "administração pelos olhos". Isto é, tornar "visíveis" todos os possíveis "excessos gordurosos", tudo aquilo que uma fábrica pode dispensar. Teríamos, assim, a fábrica "magra", transparente e flexível, onde a "magreza" seria garantida e mantida pela transparência e em que a flexibilidade garantiria a manutenção da magreza.

É importante salientar que a essência última do toyotismo é a busca da produtividade pela *flexibilidade*, adotando, portanto, mecanismos inéditos, segundo Coriat, de ganhos de produtividade, fora dos recursos das economias de escala e da padronização fordista e taylorista (ou seja, é a instauração daquilo

7. Ver M. Kenny e R. Florida, "Beyond mass production and the labour process in Japan", In *Politics and Society*, v.16, n.1, 1988. Ou ainda Benjamin Coriat, *Pensar pelo Avesso*, ed.UFRJ/Revan, 1994.

8. Sobre o "modelo" japonês, ver Helena Hirata (org.), *Sobre o "modelo" japonês*, Edusp, 1994. Sobre o debate atual na sociologia do trabalho, ver Stephen Wood, "O modelo japonês em debate: pós-fordismo ou japonização do fordismo", In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, outubro de 1991.

9. Benjamin Coriat, *Pensar pelo Avesso*, ed.Revan/UFRJ, p.51

10. Benjamin Coriat, *Pensar pelo Avesso*, op.cit., p.54

que Harvey - e os regulacionistas - denominam de *acumulação flexível*).

Com o toyotismo é a eficácia do conjunto produtivo que é buscada e não a do trabalhador em seu posto. E a eficácia do sistema produtivo é dada, principalmente, pelo princípio da "auto-ativação" e pelo método *just-in-time*, que adotaria não apenas o "estoque zero", mas o "efetivo mínimo" que tornaria possível uma redução de pessoal em caso de redução da demanda.

De fato, a flexibilidade no caso japonês seria garantida por um *mercado de trabalho dual*, constituído por um núcleo de trabalhadores gozando de maior segurança no emprego, boas perspectivas de promoção e reciclagem, de uma pensão, um seguro e outras vantagens indiretas relativamente generosas (no Japão, teríamos, por exemplo, o "emprego vitalício" e o "salário por antiguidade"), e uma *periferia* de trabalhadores em tempo parcial, empregados casuais, pessoal com contrato por tempo determinado, temporários, sob os termos de subcontratação.

Nesse caso, o "espírito" do método Toyota assumiria uma maior eficácia com a instauração plena de algo que havia, de modo rudimentar, sob o período fordista - um mercado de trabalho dual, com a *cisão da classe dos trabalhadores assalariados* entre os "privilegiados", os trabalhadores das grandes empresas, engajados na produção em "troca" de contrapartidas explícitas e implícitas -dadas, inclusive, a seus sindicatos, e os "malditos", a massa de trabalhadores assalariados precários, temporários e subcontratados, sem nenhuma representação sindical efetiva.

A cisão da classe trabalhadora ocorre, de modo efetivo, quando os sindicatos operários combativos, que adotam uma política de classe, e não de corporação profissional, são derrotados - e destruídos, sendo substituídos por um novo tipo de sindicalismo - o sindicato interno, "de empresa". Como observou Coriat, apenas quando os sindicatos de indústria, mais combativos e com perspectiva de classe são destruídos, e foi promovida a reorganização em profundidade do sindicalismo no Japão, nos primórdios dos anos 60,

*Mais do que uma
simples escolha
ideológica, a adoção do
paradigma toyotista é
uma necessidade
objetiva da lei da
acumulação do capital
nas condições vigentes
sob o capitalismo
tardio em crise.*

é que a introdução do sistema Kanban, em grande escala, pôde ser feita.

Surge uma pergunta - por que o sistema Toyota, tende a tornar-se, principalmente a partir da década de 80, a via predominante de modelo de empresa e de organização social e gerencial do trabalho sob o capitalismo tardio em crise?

Poderíamos adiantar a hipótese de que isto tornou-se possível, em termos históricos, porque *as injunções do capitalismo tardio em crise são similares à do capitalismo japonês do pós-guerra*, onde surgiu tal modelo bem-sucedido de acumulação do capital.

A crise do capital tende a tornar adequado, para as condições novas da acumulação capitalista mundial, o "modelo" japonês. Deste modo, as condições sócio-históricas onde nasceu o toyotismo, um capitalismo de escassez, de mercado restrito, o moldaram como um conjunto de princípios adequados para o período do capitalismo em crise. Mais do que uma simples escolha ideológica, a adoção do paradigma toyotista é uma necessidade objetiva da lei da acumulação do capital nas condições vigentes sob o capitalismo tardio em crise.

Quais as características principais do sistema Toyota que o tornaram adequado à necessidades da acumulação do capital na época do capitalismo tardio em crise?

Em primeiro lugar, a ênfase na *dimensão organizacional*, o que não elimina, de imediato, o *trabalho vivo*, mantendo, portanto, de modo pleno, a extorsão da mais-valia relativa (e absoluta). Vale dizer, apesar da adoção da fábrica "magra", a

massa de *trabalho vivo* permanece no circuito produtivo enquanto força de trabalho subcontratada.

Depois, a sua vinculação com um mercado interno "restrito", o que não leva a se preocupar com a demanda interna, preocupação maior do fordismo do pós-guerra. Como observou Coriat, o maior desafio dos capitalistas japoneses nos anos 50 era o que fazer para elevar a produtividade quando as quantidades não aumentam. Ora, não aumentam porque o mercado interno japonês teve uma constituição lenta e tardia. Era "ridicularmente estreito", como observou Coriat. A produção tinha que moldar-se às dimensões do mercado, na medida em que buscava maior base para acumulação do capital, através da mais-valia relativa.

A solução original dos japoneses foi o sistema Toyota, ou seja, um princípio de adaptação da produção às suas vendas e de submeter-se assim ao primado do comercial (o que conduz a ênfase dos Programas de Gerenciamento da Qualidade Total no relacionamento cliente/fornecedor).

Além disso, o incremento da manipulação intrafirma, com a denominada "administração pelos olhos", similar aos planos do *panopticon*, dedicados à prisão modelo e transpostos para os projetos de arquitetura das manufaturas do século XIX (a partir de um ponto pode-se tudo ver e tudo abraçar). Deste modo, a estratégia gerencial do toyotismo é a da completa transparência, onde a chefia dispõe, a todo instante, de informações que lhe são necessárias para assegurar-se de que o fluxo produtivo se desenrola sem maiores problemas.

A partir dos princípios do sistema Toyota surgiram uma série de técnicas e procedimentos de execução, em sua maioria apresentando falsas facilidades, incorporadas e desenvolvidas como métodos de Gerenciamento da Qualidade Total. Seus elementos básicos, tais como visão organizacional, eliminação de barreiras, comunicação, avaliação contínua, melhoria contínua, relacionamento cliente/fornecedor, o *empowerment* do trabalhador, treinamento, desenvolveram-

se, de certo modo, a partir do "espírito toyota". Suas ferramentas e técnicas, tais como diagramas de causa e efeito, análise do fluxo de trabalho, fixação de objetivos, círculos de qualidade, etc, desenvolveram e aprimoraram técnicas, para aplicação em várias modalidades de organização produtiva, de princípios toyotistas. Em suas várias vertentes doutrinárias, seus principais "gurus" são Philip Crosby, Edward Deming, Armand Feigenbaun, Kaoro Ishikawa e Joseph Duran (cada um, publicando suas obras seminais¹¹).

Muitos dos princípios japoneses passaram a serem adotados não apenas na produção manufatureira, mas no setor de serviços e na administração pública. Passaram, a assumir um caráter universal, de verdadeira panacéia, deixando de lado, as dificuldades de sua execução em contextos sócio-históricos (e políticos) díspares.

Mas, o incremento de técnicas organizacionais, do tipo TQM, que busca incrementar a produtividade do trabalho conquistando a subjetividade operária, intensificando o trabalho com o recurso do enxugamento, da "produção enxuta" ou do "efetivo mínimo", é expressão de que ocorre, sob o capitalismo tardio em crise, uma luta pela hegemonia na produção, pela conquista da subjetividade operária, através do temor ou do incentivo material, trazendo-a para o horizonte da empresa, da produção de mais-valia, pela fragmentação da classe operária a níveis crescentes (com a instauração plena de um mercado de trabalho dual, desregulamentado, flexível).

Foi de Gramsci a percepção de que o fordismo possuía um conteúdo político - e, portanto, hegemônico muito forte, de criação de um "novo tipo de trabalhador", vinculado a um novo modo de viver, de pensar e de sentir a vida. Na verdade, diz ele: "Na América, a racionalização determinou a necessidade de elaborar um novo tipo humano, conforme ao novo tipo de trabalho e de produção."

Apesar de Coriat indicar que o toyotismo é uma ruptura, ou "pensar pelo avesso", da via taylorista e fordista, o sistema Toyota pertenc-

Em nossos dias, o complexo de transformações produtivas - e o predomínio dos princípios do toyotismo - oculta uma dimensão política ineliminável - a luta pela hegemonia no interior da produção (e no espaço societário).

ce à mesma continuidade sócio-histórica que alavancou o taylorismo e fordismo. *Ele é herdeiro da lógica fundante (e fundamental) da ocidentalização - a busca da racionalização do trabalho, implícita à própria natureza do princípio de valorização.*

O toyotismo se desenvolve no caldo cultural - e histórico - do americanismo e fordismo. É tal como o fordismo, uma racionalização do trabalho e da produção, onde a instauração da *hegemonia a partir da fábrica* ocorre numa perspectiva muito mais radical do que a via americanista, analisada por Gramsci nos anos 30.

Inclusive, uma passagem de Gramsci poderia ser lida na perspectiva do sistema Toyota. É quando Gramsci observa que as condições sociais, históricas e demográficas da América permitiram o desenvolvimento do fordismo. Diz ele: "A existência dessas condições preliminares, racionalizadas pelo desenvolvimento histórico tornou fácil racionalizar a produção e o trabalho, combinando habilmente *força* (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com a *persuasão* (alto salários, benefícios sociais diversos, propaganda ideológica e política habilíssima), para, finalmente, basear toda a vida do país na produção." E salienta: "*A hegemonia vem da fábrica e, para ser exercida só necessita de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia.*"¹²

A mistura de *força e persuasão* (que são os ingredientes da hegemonia) pertencem à gênese - e desenvolvimento - do sistema Toyota e reproduzem, nas condições do Japão do pós-guerra, de uma ma-

neira particular, o percurso do americanismo e fordismo.

Em nossos dias, o complexo de transformações produtivas - e o predomínio dos princípios do toyotismo - oculta uma dimensão política ineliminável - a *luta pela hegemonia* no interior da produção (e no espaço societário). Se na fábrica "magra" a busca da hegemonia concentra-se na persuasão, de viés neocorporativista, no espaço societário mais amplo, ela tende a assumir contornos novos, onde a força e a manipulação, através dos profissionais da política e da ideologia, predominam, com efetivas ameaças à gestão democrática e com potenciais crescentes de totalitarismo neoliberal.

Por outro lado, se o incremento das transformações produtivas possui a dimensão política de luta pela hegemonia, ela deve ser percebida por outro lado como decorrente do movimento do capital que põe novos desafios não apenas para o empreendimento capitalista, que responde, hoje, com o "modelo" japonês, mas põe novos desafios à luta operária. *Hic Rhodus, Hic Salta*, diria Marx, utilizando a velha fábula de Esopo (segundo ela, um fanfarrão sustenta ter dado um salto prodigioso em Rhodes. A ele se replicou, então: "Aqui está Rhodes, agora salta"). A resposta operária ocorre no campo da mediação política, na mesma medida em que a ofensiva do capital possui rebatimentos políticos inelimináveis.

A "Desconstrução" do Mundo do Trabalho

O avanço das inovações organizacionais, de feição toyotista, com o predomínio da *lean manufacturing* e o incremento de inovações tecnológicas, voltadas para eliminar *trabalho vivo* da produção (e

11. ver Edward W. Deming, *Out of the crisis*, Cambridge, Mass., MIT, 1986; Philip B. Crosby, *Quality is free*, New York: McGraw-Hill, 1990; Joseph M. Juran, *Quality Control Handbook*, New York: McGraw Hill, 1983; Armand V. Feigenbaun, *Total quality Control*, New York: McGraw Hill, 1988; Kaoru Ishikawa, *What is total quality control? the japanese way*, Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1985.
12. Antonio Gramsci, *Maquiavel, A Política e o Estado Moderno*, ed. civilização brasileira, 1984, p.382

não apenas das indústrias, mas, também, dos serviços), criaram uma virtual "desconstrução" do mundo do trabalho, tal como o conhecemos. De fato, *não presenciamos o crepúsculo da sociedade do trabalho, mas tão-somente a sua transformação radical.*

Deste turbilhão de transformações produtivas que atinge o mundo do trabalho moderno, deve emergir um mundo do trabalho de novo tipo, caracterizado, principalmente, pela precariedade e insegurança do trabalho assalariado e pela massa crescente de desempregados. Estes são objetos da incapacidade virtual do capitalismo tardio em crise "explorar" o trabalho vivo em virtude da intensificação permanente da força produtiva (configurando, portanto, como salienta Antunes, uma *crise da sociedade do trabalho abstrato*¹³).

O desemprego estrutural e a proliferação de trabalhos precários, que reproduzem, em escala ampliada, a desqualificação degradada do trabalho taylorista, ocorrem, por outro lado, no interior de tendências que apontam para a qualificação do trabalho. Ocorre, portanto, a constituição de um novo proletariado, mais complexificado, heterogeneizado e fragmentado (principalmente, se levarmos em consideração o crescimento do trabalho assalariado em serviços, uma esfera da atividade produtiva do capital heteróclita e fragmentada).¹⁴

A Difusão do Desemprego Estrutural

O principal impacto imediato (e durável) da crise estrutural do capitalismo tardio sobre o "mundo do trabalho" é o surgimento nos países capitalistas centrais, logo após a primeira recessão generalizada em 1974/75, de um *desemprego massivo*, que se mantém mesmo nos períodos de crescimento econômico tal como o de 1976-1979 e 1983-1990.

O enfraquecimento geral, e a longo prazo, do crescimento econômico não pode mais ser considerado um dos principais fatores que explicam essa elevação constante do desemprego nos países capitalistas centrais. A década de 80 demons-

De fato, um impulso tecnológico pronunciado, isto é, um crescimento constante da produtividade média do trabalho ocorrido nas últimas décadas contribuiu para a manutenção dos índices de desemprego, mesmo em períodos de considerável crescimento econômico.

trou que o desemprego massivo nestes países, não está vinculado apenas à dinâmica dos ciclos industriais, mas possui componentes estruturais.

De fato, um impulso tecnológico pronunciado, isto é, *um crescimento constante da produtividade média do trabalho* ocorrido nas últimas décadas contribuiu para a manutenção dos índices de desemprego, mesmo em períodos de considerável crescimento econômico. Se o número de desempregados aumenta bastante no período de recessão, tende a não recuar no período de retomada, enquanto este continuar moderado (tal como ocorreu com a de 1976-1979). E mesmo no período de crescimento econômico de 1983-1990, o desemprego continuou praticamente inalterado.

Tal fato deu origem a um novo léxico econômico nos EUA - *jobless growth*. Ou seja, apesar do crescimento econômico, os índices de desemprego não tiveram uma queda significativa. O índice de emprego industrial tende a não acompanhar a taxa de crescimento do PNB. Por exemplo, nos EUA, de 1970 a 1990, o índice de emprego industrial baixou de 24,9% para 17,9%, enquanto no mesmo período, o PNB cresceu de 21,4% para 22,4%. No Japão, tal defasagem entre emprego industrial e PNB foi mais gritante. De 1970 a 1990 o índice de emprego baixou de 31,8%, em 1970, para 27,7%, em 1990. Enquanto isso, o PNB cresceu de 29,3% para 38,2%. Por outro lado, na Europa, de 1970 a 1990, o PNB decresceu um pouco, de 26,2% para 25,3%. Nesse período, o índice de empre-

go industrial caiu ainda mais - de 28,5% para 22,7%.¹⁵

Em alguns relatórios divulgados pela ONU em 1993, as perspectivas de emprego na década de 90 nos países capitalistas centrais são bastante sombrias. Por exemplo, em seu *Informe sobre o Desenvolvimento Humano* desse ano, a ONU assinala que o crescimento econômico com desemprego se tornou uma das características principais tanto dos países capitalistas centrais quanto dos países capitalistas periféricos. Por isso, na perspectiva das Nações Unidas, as condições de vida tendem a se deteriorar no mundo capitalista na década de 90, mesmo em países industrializados com contínuo aumento do PIB. O Informe constata o crescimento da desigualdade global e da concentração de capital e de poder político entre os países capitalistas (e no interior de cada país). E destaca que, na média, só 10% da população mundial têm controle sobre decisões que afetam suas vidas.¹⁶

Em seus estudos para a *Conferência Mundial de Direitos Humanos*, realizada em junho de 1993 em Viena, a ONU preparou documentos que informam que apesar do crescimento econômico acelerado em alguns países capitalistas centrais, a taxa de emprego está cada vez menor (o que significa a perspectiva crescente de tensão social e política). De acordo com os dados da ONU, haveria hoje cerca de 700 milhões de adultos desempregados ou subempregados em todo o mundo.

Entre uma série de possíveis explicações para tal fato, a OIT destacou o avanço tecnológico, que tende a aumentar a produtividade média do trabalho. Os capitalistas tendem a contratar menos trabalhadores assalariados devido ao alto custo da mão-de-obra - não só dos salários, mas dos benefícios sociais (ainda seguindo esta lógica do capital, muitos capitalistas, segun-

13. Ricardo Antunes, *Adeus Ao Trabalho?*, ed. Cortez/ed. Unicamp

14. Uma análise percutiente das metamorfoses do mundo do trabalho pode ser encontrada em Ricardo Antunes, *Adeus Ao Trabalho?*, ed. Cortez/ed. Unicamp, 1995.

15. "Jobs", In *Newsweek*, 04.06.1993.

16. "Desigualdade cresce nos anos 90, diz ONU", In *Folha de S. Paulo*, 19 de maio de 1993.

do os dados da OIT, tendem a transferir suas fabricas para regiões ou países onde o custo do trabalho é baixo)¹⁷.

Por outro lado, em outro relatório intitulado *Panorama Econômico Mundial - 1993*, a ONU alertava para a estagnação econômica nos países capitalistas centrais - pelo terceiro ano consecutivo, o crescimento da produção econômica global, segundo tal estudo, vai ficar abaixo do crescimento populacional (o contraponto vai ser feito pelo "Terceiro Mundo", ou mais precisamente, pela China, que segundo tal informe da ONU, deve fazer crescer sua economia em 5% este ano).

Entretanto, o impacto do desenvolvimento econômico dos países capitalistas periféricos no mercado global é muito limitado (Japão, EUA e Europa Ocidental respondem por cerca de 75% da produção mundial). Além disso, a lenta recuperação das economias capitalistas centrais podem não dar sustentação durável aos esforços de crescimento econômico de alguns países do "Terceiro Mundo", centrado nas exportações para os países industrializados do centro capitalista. Ainda segundo tal relatório da ONU, o desemprego nos países capitalistas centrais tende a aumentar ainda mais. Em 1992, a cifra de desemprego chegou a 7,4% da PEA - a taxa mais alta desde 1986.¹⁸

Enfim, o que percebemos é que a crise do capital, no período do capitalismo tardio em crise, tendeu a romper a *correlação entre investimento produtivo e criação de emprego*, ou seja, grande parte dos investimentos produtivos ocorridos nos períodos de retomada tiveram o caráter de "investimentos de racionalização", ou seja, poupadores de empregos.

Além disso, ocorre a proliferação dos princípios da produção enxuta, na acepção do MIT, ou da empresa "magra", propugnada pelo toyotismo, como já salientamos acima, que tende a promover um enxugamento do trabalho vivo nas grandes corporações industriais e de serviços. Os "investimentos de racionalização" implicam, deste modo, na adoção de novos modelos de organização do trabalho cuja

De certo modo, tal deterioração do emprego atingiu, principalmente, jovens, mulheres e trabalhadores imigrantes, os setores mais vulneráveis da classe trabalhadora

lógica intrínseca é reduzir os efetivos de trabalhadores assalariados, pelo menos aqueles sob contrato de trabalho permanente, promover a flexibilização da contratação e do mercado de trabalho, como pré-condição para a adoção de novos requerimentos de produtividade num mercado instável e hostil.

O resultado é a manutenção de um patamar de desempregados permanentes (engrossando, portanto a fileira dos *desempregados a longo prazo* - LTU ou **Long Term Unemployed**, isto é, os que procuram emprego há mais de 12 meses). Estes, ao final da década de 80, já perfaziam mais de 30% dos desempregados na Grécia e na Austrália, mais de 40% na Grã-Bretanha e na França, mais de 50% na Holanda e Portugal e entre 60% e 70% na Irlanda e na Espanha. Procurando emprego há mais de seis meses, encontravam-se entre 72% e 85% dos desempregados da Espanha, Holanda, Irlanda e Portugal.¹⁹

De certo modo, tal deterioração do emprego atingiu, principalmente, jovens, mulheres e trabalhadores imigrantes, os setores mais vulneráveis da classe trabalhadora (no Japão, por exemplo, os mais atingidos foram as mulheres, por serem elas propriamente o maior componente do "exército industrial de reserva").

O desemprego massivo, possui, entretanto, um importante componente demográfico, isto é, cresce o número de jovens que, recém-saídos da universidade, procuram emprego e cujo número, inclusive, já ultrapassou o de aposentados anuais. Com o mercado de trabalho obstruído pela depressão, tende, portanto, a aumentar a amplitude de jovens desempregados.

A situação é mais dramática

quando constatamos que o surgimento de um desemprego estrutural coincide, desde fins da década de 70, com uma ofensiva neoliberal, que tende a identificar o combate prioritário da inflação ascendente com o *desmantelamento do "Estado de Bem-estar"* construído durante os decênios precedentes. Tal fato provocou o reaparecimento em grande escala de bolsões de pobreza no cenário social dos países capitalistas mais avançados (particularmente, os que adotaram, de forma mais ortodoxa, uma política econômica neoliberal).

Portanto, as perspectivas de emprego tendem a serem sombrias para a década de 90, principalmente devido a algumas tendências estruturais que se manifestaram, de forma muito clara, nos últimos anos (particularmente durante o período de "crescimento virtuoso" de 1983-1990). Ou seja, o incremento das inovações técnicas, organizacionais e gerenciais, postas pela nova base de competitividade internacional, antes suprimem do que criam empregos, ou seja, têm um caráter de "racionalização" do processo produtivo voltado mais à necessidade do capital.

Os "investimentos de racionalização", por meio da adoção dos novos modelos gerenciais de organização do trabalho de tipo toyotista (e da introdução de mecanismos microeletrônicos no processo produtivo), tendem a se alastrar não apenas pelas indústrias de ponta, mas atingir, inclusive, o setor "terciário" ou de "serviços", que nas últimas décadas conheceu uma verdadeira explosão de novos empregos regularmente remunerados nas mais diversas áreas.

Como destacou Mandel, não são apenas bancos, seguradoras, serviços contábeis e comerciais das grandes empresas que são visados. Disse ele: "São igualmente as administrações públicas, até mesmo o ensi-

17. "Crescimento sem emprego produz tensão", In Folha de S.Paulo, 13 de junho de 1993

18. "ONU prevê apatia econômica global", In Folha de S.Paulo, 25 de junho de 1993

19. OECD, *The Long-Term Unemployed and Measures to assist them*, Paris, Occasional Paper, 1992 Apud Wilson CANO, *Reflexões Sobre o Brasil e a Nova (des)ordem Internacional*, UNICAMP, 1993

no e certos setores do serviço de saúde. Tal desenvolvimento do setor "terciário", portanto, longe de compensar as perdas de emprego ocorridas na produção material, se tornará uma fonte de desemprego."²⁰

Um nível elevado de desemprego, o crescimento da produção material (propiciada pela elevação constante da produtividade média do trabalho), a estagnação ou a elevação moderada dos salários reais (com a acelerada alta dos lucros e da acumulação dos capitais) criou uma situação "ideal" para o capitalismo nos países centrais. Inclusive, contribuindo para períodos mais longos de retomada econômica (como ocorreu de 1983-1990), embora relativamente frágil e não-sustentado (como demonstra a nova recessão global iniciada nos primórdios da década de 90).

A Proliferação do "Trabalho Precário"

Tal crise constitui, de fato, uma agressão massiva do capital ao trabalho assalariado. É a prova mais contundente do fato de que o capital possui, como lógica intrínseca, principalmente nos períodos de crises cíclicas, a *necessidade* de superexplorar o trabalho assalariado (durante a fase de prosperidade do pós-guerra, principalmente nos países capitalistas centrais, tal *exploração do trabalho* manteve-se oculta pelos louvados benefícios do "fordismo" - particularmente, para a parcela organizada das classes trabalhadoras, beneficiária da sociedade de consumo).

O capital tende a implementar, na atual situação, a superexploração do trabalho sob as mais diversas formas, (re)pondo, sob um novo patamar, velhas estratégias de acumulação capitalista (que pareciam pertencer apenas à lógica do capital na periferia do sistema capitalista mundial).

O que presenciamos, com a crise atual, é a (re)posição da *superexploração do trabalho* nas metrópoles capitalistas. A denominação utilizada para tal estratégia do capital é a "flexibilização do trabalho", que passa a ser um componente essencial da própria *reestruturação do mercado de trabalho* ocorrida na últi-

Diante dos efeitos perversos da crise - principalmente o desemprego estrutural, que significa uma massa de trabalhadores excedentes e o enfraquecimento do poder sindical, os capitalistas procuram impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis

ma década, sob o impacto do desemprego massivo.

Por exemplo, a lógica férrea subjacente à proliferação das várias formas de "trabalho precário" nos países capitalistas centrais - ou seja, o trabalho por tempo parcial, o trabalho temporário, o trabalho subcontratado e o trabalho doméstico sob as mais diversas formas (com a aparente redução do emprego regular) é a incansável busca de uma maior lucratividade por meio da redução dos "custos do trabalho", fazendo baixar, deste modo, os salários diretos e indiretos.

Diante dos efeitos perversos da crise - principalmente o *desemprego estrutural*, que significa uma massa de trabalhadores excedentes e o *enfraquecimento do poder sindical*, os capitalistas procuram impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis (uma série de estatísticas comprovam o crescimento do *trabalho por tempo parcial* nos países capitalistas centrais. Por exemplo, na França, em 1970, o emprego por tempo parcial correspondia a 8,2% da PEA; já em 1990, esse percentual subiu para 12%. Na Alemanha, em 1970, era de 11,4%; em 1990, subiu para 13,2%. Na Itália, em 1970 era de 5,3%, e em 1990 subiu para 5,7%. No Japão, subiu de 15,4% em 1970, para 17,6% em 1990. No Reino Unido, tal subida foi mais dramática - em 1970 era de 16,4%, passando, em 1990, a ser de 21,8%. Nos EUA, tal percentual do emprego por tempo parcial cresceu de 16,4%, em 1970, para 16,9%, em 1990.²¹)

Várias análises sociais e econômicas, principalmente as centradas na tese da "sociedade pós-indústri-

al", têm constatado a formação de "fraturas" na esfera do trabalho, ou seja, a constituição de um mercado de trabalho primário e secundário, interno e externo, ou seja, a divisão do mercado de trabalho entre um "centro" restrito e uma ampla "periferia" bastante delineada. Deste modo, o próprio mercado de trabalho torna-se mais diferenciado e segmentado e tende a adotar uma configuração peculiar às novas condições de acumulação do capital (ou o que Antunes salientou como sendo a complexificação, fragmentação e heterogeneização da *classe-que-vive-do-trabalho*).²²

Na última década, a utilização crescente de *trabalhadores assalariados subcontratados* pelas grandes empresas contribuiu para a proliferação de "pequenos negócios" vinculados às grandes corporações. A subcontratação organizada abriu, portanto, oportunidade para formação de tais "pequenos negócios", que utilizam, em demasia, a força de trabalho precária.

É como se o grande capital constituísse uma cadeia complexa de pequenas empresas, que agem como um protetor das grandes corporações diante dos custos de flutuação do mercado (além disso, servem como *fonte de superlucros* para as corporações industriais, que operam uma transferência de valor às custas das pequenas firmas cuja produtividade de trabalho é abaixo da média). Tal reestruturação do mercado de trabalho segue *pari passu* com a próprio reorganização industrial, que aponta para novas formas organizacionais (e novas técnicas de produção) mais "flexíveis".

Entretanto, tal padrão de organização industrial não é tão "novo" assim, como pode sugerir as leituras "pós-fordistas" - mesmo durante o período áureo do "fordismo", tal estratégia descrita acima, era bastante utilizada no Japão, que representa o caso clássico da dualidade no mercado de trabalho operário. E em todos os países capitalistas desenvolvidos, ocorreu, desde o pós-guerra,

20. Ernest MANDEL, op.cit. p.189

21. "Jobs", In Newsweek, 14.06.1993.

22. Ricardo Antunes, Adeus Ao Trabalho? - Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho, p.54

esse desenvolvimento desigual no mercado de trabalho, em maior ou menor proporção.

Disse Brunhoff: "Da mesma forma que as grandes empresas precisam das pequenas, os altos salários vão sempre acompanhados de baixos salários." E mais adiante salientou: "O 'capital variável' é necessariamente composto de assalariados cujas modalidades de trabalho têm diferenças qualitativas."²³

Entretanto, tais transformações materiais na estrutura do mercado de trabalho e na própria organização industrial tendem a provocar impactos significativos no modo de controle do trabalho e de emprego e na base objetiva da luta de classes. Tendem a criar, inclusive, um novo padrão de sindicalismo, diverso daquele que proliferou na época da produção em escala. Enfim, um sindicalismo encurralado e virtualmente incapaz de ter um política ofensiva contra, por exemplo, a *relocalização industrial*, que instala novas indústrias em regiões de pouca (ou nenhuma) tradição sindical (o que propicia uma vantagem comparativa na exploração da força de trabalho), ou incapaz de reagir contra a disseminação do "trabalho precário" que tende a incrementar a utilização de serviços de subcontratação pelas grandes empresas, reduzindo o número de trabalhadores permanentes, mais propensos a organização sindical, e empregando cada vez mais uma força de trabalho precária, temporária, e de mais difícil participação em sindicatos.

**Perspectivas para o
Movimento Operário:
Resistência Cotidiana no
Interior da Lógica do Capital**

A instauração do capitalismo monopolista em fins do século XIX, a centralização e concentração do capital e sua expansão imperialis-

***O traço principal da
ofensiva do capital da
produção hoje é a captura
da subjetividade operária,
do envolvimento do
trabalhador com a lógica e
valores da empresa, ao
mesmo tempo que
fragmenta o coletivo
operário, individualiza e
incrementa a manipulação
societária.***

ta pelas mais diversas regiões do planeta, no decorrer do século XX, deu novos contornos sócio-históricos à *ofensiva do capital na produção*, explicitando-o como um movimento complexo (e contraditório) de *busca incessante (e desesperada) da racionalização do trabalho*.²⁴

O "sujeito" capital se manifesta, portanto, no movimento histórico da racionalização do trabalho, do taylorismo, fordismo e toyotismo, onde a lógica intrínseca é a mesma - reduzir o poder do trabalho na produção (é claro, com rebatimentos na política, economia e cultura).

O traço principal da ofensiva do capital da produção hoje é a *captura da subjetividade operária*, do envolvimento do trabalhador com a lógica e valores da empresa, ao mesmo tempo que fragmenta o coletivo operário, individualiza e incrementa a manipulação societária.

Atualmente, as dificuldades para o movimento operário *ir além do capital* são imensas. Em primeiro lugar, ele continua vinculado, visceralmente, à territorialidade nacional, num período de intensa globalização do capital; fragmentado por preconceitos de caráter étnico, sexual e nacional; corrompi-

do por políticas neocorporativas, condescendentes com a manipulação do capital. Portanto, mantém-se preso a *horizontes defensivistas*. Assim, pode-se afirmar uma posição céptica sobre as condições históricas atuais para a efetiva emancipação do trabalho.

Entretanto, a própria dimensão contraditória da *forma social do capital* tende a impelir homens e mulheres que vivem do trabalho assalariado a agirem (e projetarem) seus anseios em programáticas políticas de cariz contestador.

De fato, surge a necessidade de manter e aprofundar a luta pela *resistência cotidiana às injunções do capital*, opondo-lhe obstáculos, por menores que sejam, dando-lhes, principalmente, um conteúdo (e materialidade) política. Põem-se, hoje, no período da ofensiva do capital, na *era de trevas*, do caos e da decadência das estruturas sociais, como observa Kurz, o imperativo de intervenções calculadas nos processos sociais, procurando tirar deles o *sentido do antagonismo intrínseco à produção capitalista* (que os profissionais da política e da ideologia procuram ocultar). A mediação da política torna-se problemática, é claro, mas surge como o único terreno da intervenção crítico-humana efetiva, capaz de opor-se às injunções do capital em crise.

Além disso, cabe às lideranças dos movimentos sociais, principalmente daqueles que nascem do circuito produtivo do capital, dar um *sentido generalizante* - e transnacional - às demandas da *classe-que-vive-do-trabalho*, na acepção de Antunes, sob pena de incrementar a hegemonia do capital, e portanto, de perpetuar a barbárie social, destilada pela lógica das políticas neoliberais em voga.

23. Suzanne de BRUNHOFF, *A Hora do Mercado*, Editora da UNESP, 1991

24. Harry Braverman, *Trabalho e Capital Monopolista*, ed. Zahar